

Junqueira quer bloquear bens de acusados

A Procuradoria-Geral da República deverá propor ações penais contra os envolvidos na máfia do Orçamento, ampliando o número de parlamentares que foram acusados pelo relatório final da CPI e incluindo entre eles até mesmo as empreiteiras. O procurador-geral da República, Aristides Junqueira, disse ontem que, após analisar as conclusões da CPI, o Ministério Pùblico também poderá pedir a suspensão dos direitos políticos por até dez anos e mais o sequestro de bens contra quem houver provas de enriquecimento ilícito.

Junqueira afirmou ainda que vai convocar uma equipe de procuradores para analisar o relatório final da CPI, entregue ontem pelo presidente da comissão, senador Jarbas Passarinho (PPR-PA), e pelo vice-presidente, deputado Odacir Klein (PMDB-RS). Se conseguir reunir indícios de que os parlamentares ligados à Comissão Mista de Orçamento



agiram em conluio, o procurador-geral poderá denunciá-los por crime de formação de quadrilha num mesmo processo no STF.

"Se houver motivação igual e união de vontades, ou seja, se eles combinaram, o processo tem que ser um só", explicou. Sobre as empreiteiras, acusadas de agirem como corruptores na liberação irregular das verbas do Orçamento, Junqueira ressaltou que o oferecimento de denúncia dependerá das provas que encontrarem nos autos. "Não havendo provas não posso apresentar denúncia. Mas nossa obrigação é esgotar todas as possibilidades de investigação".

Aristides Junqueira revelou que pretende trabalhar em duas frentes. Enquanto ele mesmo fica responsável pelas ações penais contra parlamentares no Supremo, os procuradores que atuam na primeira instância da Justiça Federal poderão propor ações civis individualizadas, enquadrando os envolvidos na Lei 8.429, de enriquecimento ilícito.

Roriz — Segundo ele, o envolvimento dos governadores Edison Lobão (PFL) do Maranhão, Joaquim Roriz (PP), do Distrito Federal, e João Alves Filho (PFL), de Sergipe, será analisado pelo subprocurador Paulo Sollberger,

que atua no Superior Tribunal de Justiça (STJ). Diante do volume de documentos, Junqueira já pensa em convocar procuradores de outros estados para trabalhar no caso. "No caso das subvenções sociais, por exemplo, é possível que chegemos à conclusão de que as ações tenham que ser propostas nos respectivos estados", argumentou.

Antes de iniciar esse trabalho, o procurador-geral vai ter que esperar pela remessa de todos os documentos reunidos pela CPI do Orçamento. Jarbas Passarinho entregou ontem apenas a cópia do relatório aprovado pela comissão de inquérito. "Meu trabalho e de meus colegas vai ser insano", comentou.

Ele ressaltou que a procuradoria não se limitará às recomendações feitas pela CPI. "O Ministério Pùblico, depois que recebe elementos de informação, age da forma como achar que deve agir e não fica restrito ao que o Congresso recomendou", explicou. "Estou certo que o Dr. Aristides dará o máximo do empenho dele para que o prosseguimento deste trabalho seja levado até a consequência final no campo judicial", emendou Passarinho.

DIDA SAMPAIO



Junqueira (C) recebe de Passarinho e Klein as conclusões da CPI: sem prever data para abrir processos